

Alain Choppin e seu legado como historiador e educador

Circe Fernandes Bittencourt

Como citar: BITTENCOURT, Circe Fernandes. Alain Choppin e seu legado como historiador e educador. *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 43-60.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p43-60>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ALAIN CHOPPIN E SEU LEGADO COMO HISTORIADOR E EDUCADOR

Circe Fernandes Bittencourt

INTRODUÇÃO

Prestar uma homenagem ao professor e pesquisador francês Alain Choppin é uma honra e representa para mim um momento significativo, por permitir que compartilhe algumas reflexões sobre seu legado como educador e historiador.¹

Nascido em 1948, Alain Choppin faleceu em 2009, depois de uma luta por vários anos no combate à doença que o tirou do nosso convívio, estando no vigor de seu trabalho e amadurecimento intelectual, conforme se constata pelas suas últimas publicações. Formou-se em Línguas Clássicas, mas, para além de profundo conhecedor do Latim e do Grego, dedicou-se sempre, com entusiasmo, ao estudo de várias línguas modernas, sendo visível que a linguística sempre o fascinou. A preocupação com a literatura escolar teve início em suas práticas de professor do ensino secundário em Paris, nos anos de 1970, período em que os livros didáticos eram analisados, quase que exclusivamente, como veículos de inculcação ideológica da classe social dominante e, sob essa vertente, eram considerados os vilões, por excelência, da vida dos professores e alunos. Os questionamentos sobre essa forma exclusiva de entendimento do livro didático surgiram imediatamente para Alain

¹ Agradeço o convite dos organizadores do II SIHELE, na figura de Maria do Rosário Longo Mortatti, presidente da Associação Brasileira de Alfabetização, com quem tenho compartilhado estudos sobre histórias dos livros escolares, tema ao qual Alain Choppin dedicou toda sua vida acadêmica.

Choppin, em suas atividades no magistério, e se estenderam ao desenvolver suas pesquisas no Service d’Histoire de l’Éducation (SHE), setor do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP).

No SHE iniciou, em 1979, sua trajetória de pesquisador, ao se dedicar a um recenseamento sobre livros didáticos franceses preservados na Bibliothèque Nationale e no acervo do INRP. E foi por intermédio desse trabalho que se transformou em historiador dos livros didáticos. Suas indagações iniciais se tornaram o embrião de uma densa e inovadora pesquisa sobre a história dos livros e das edições escolares.

SOBRE O CONCEITO DE LIVRO DIDÁTICO

Alain Choppin, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, desenvolveu um arcabouço teórico e metodológico para o entendimento desse objeto aparentemente banal – o livro didático – uma obra desprezada, até então, por muitos historiadores, assim como por muitos dos estudiosos da educação.

Em um artigo de 1980, “L’histoire des manuels scolaires: une approche globale”, com base em levantamento bibliográfico sobre o tema, apresentou as tendências das pesquisas, constatando que, majoritariamente, eram analisados os conteúdos das obras das diversas disciplinas curriculares do ensino primário e secundário. Mas, além de observar uma abordagem limitada sobre o tema, destacou que tais estudos revelavam aspectos incompletos quanto à concepção do livro didático, concebido quase que com exclusividade como veículo da ideologia das classes dominantes. Contrariando essa concepção reducionista, Alain Choppin propôs, então, uma ampliação na forma de analisar esse material didático, de maneira a considerá-lo para além de seu caráter *ideológico*, buscando identificar as múltiplas facetas do objeto denominado genericamente *livro didático*. Assim, compreendia que o livro escolar é primeiramente um *objeto*, cuja fabricação evolui de acordo com o progresso das técnicas do livro, das transformações do mundo da edição, dos contextos econômico, político e legislativo. Com base nesse contexto, o livro didático passou a ser entendido como suporte privilegiado do conteúdo educativo, além de um importante instrumento pedagógico. A partir dessa concepção ampla e complexa, fez propostas para futuros trabalhos, uma vez que faltava

[...] conhecer o impacto real dos conteúdos dos livros escolares sobre o público, o que se supõe, entre outras questões, conhecer a difusão efetiva das obras. É necessário um estudo preliminar que possa agrupar as informações esparsas sobre as tiragens; e ainda é conveniente para que se possa perceber a influência dessas obras, considerar igualmente os lugares de sua difusão, da duração de sua utilização, das condições do seu uso... Além disso, torna-se importante conhecer a personalidade dos autores de manuais, seus centros de interesse mas também suas atividades profissionais, suas tendências políticas, sindical, religiosas. [...].

Perspectiva ainda pouco conhecida é o estudo do livro didático como instrumento pedagógico [...]. Os prefácios dos manuais podem ser analisados tendo em vista os projetos conscientes, ou desejados dos autores e medir as diferenças entre princípios pedagógicos desejáveis e a aplicação realizada na obra. [...].

O livro didático pode também ser estudado como objeto fabricado; os historiadores do livro podem examinar as características específicas em duas direções: a fabricação (dificuldades pedagógicas, relações do autor com os artistas, técnicos, escolha dos caracteres, da organização das páginas, do formato, das capas); a comercialização (criação, produção, circuitos de difusão, preço, análise do mercado, investimentos, formas de publicidade, etc.). (CHOPPIN, 1980, p. 10-12, tradução livre).

Em 1989, defendeu a tese em história, *Le pouvoir et les livres scolaires: les commissions d'examen des livres élémentaires et classiques (1807-1875)*, sob a orientação de Antoine Prost, reconhecido historiador da educação francesa. A pesquisa de doutorado teve como problema central a dimensão política dos livros escolares, priorizando as formas legislativas de controle sobre sua produção e circulação, com base no processo de crescimento do sistema escolar, sob a égide do Estado, no século XIX.

Em publicações anteriores à defesa da tese de doutorado, essa preocupação fez com que Alain Choppin se dedicasse a exaustivos levantamentos sobre a série de leis e regulamentos relativos aos livros didáticos desde a Revolução Francesa, levantamentos esses publicados na revista *Histoire de l'Éducation*, do Service d'Histoire de L'Éducation (CHOPPIN, 1986b, 1987). A dimensão histórica das obras escolares se articulava à necessidade de compreender o livro didático em diferentes momentos, empenhando-se em focalizar as demais fontes que estavam ligadas historicamente à construção desse material:

Um dos instrumentos mais coerentes que dispomos para apreender em uma longa duração a realidade complexa do manual escolar é o *corpus* de textos legislativos e de regulamentos a ele consagrados a partir da Revolução. O estudo deste *corpus* permite discernir o que as autoridades consideravam, em um determinado momento, como manual escolar e de entrever assim as funções que lhe era atribuída como prioridade. (CHOPPIN, 1988, p. 11, tradução livre).

Nos anos de 1980, iniciou seus diálogos com outros pesquisadores, em especial os historiadores da educação, sobre as especificidades intrínsecas dos livros didáticos, focalizando as diferenças em relação a outros impressos.

Em seus estudos sobre a legislação e as formas de controle do poder do Estado, estava implícita a necessidade de analisar “as linhas e entrelinhas” dessas proposições oficiais, esmiuçando, dentre outros aspectos, as formas de financiamento público e de distribuição gratuita para as escolas de diferentes níveis. Cuidou, ainda, de identificar outros agentes envolvidos em seu processo de elaboração, em especial os membros das comissões de avaliação das obras, localizando informações sobre como tais avaliadores eram selecionados e se situavam nas diferentes esferas de poder. No processo de construção do livro, era fundamental identificar a multiplicidade de agentes envolvidos em cada uma de suas etapas de criação, a partir da concepção da obra pelos autores, das formas de interferência das famílias, dos professores e seus sindicatos, assim como de autoridades religiosas e principalmente as constantes formas de intervenção das casas editoriais.

Dessa maneira, as investigações em perspectiva histórica possibilitavam ampliar a compreensão do livro. Podia-se concluir que se tratava de uma obra complexa, “[...] que vivia e morria ao ritmo dos programas curriculares [...]”, criada em um ambiente pedagógico específico, em um contexto regulador dentro de sistemas nacionais de educação, uma produção controlada constantemente pelo poder público, mas que, de forma aparentemente contraditória, delegava sua produção à indústria, submetendo-a aos ditames das leis de mercado.

A partir dessas pesquisas iniciais, é visível o empenho de Choppin em compreender a complexidade e as especificidades do livro didático,

para além de seu caráter político e ideológico. Indagava sobre as transformações dessa produção ao longo do processo da educação escolar dos tempos modernos, mas tendo como princípio norteador a necessidade de formular sua distinção quanto aos demais impressos. Como, pois, caracterizar o livro escolar, “[...] que tem, sob uma aparência ilusória, uma particular complexidade”?

O entendimento da natureza e das múltiplas facetas do livro didático esteve presente no decorrer de suas pesquisas, podendo-se constatar, por meio de seu último artigo, publicado em 2008, “Le manuel scolaire, une fausse évidence historique”, a permanência da pergunta: *o que é um livro didático?*² Alain Choppin apresenta, então, aos leitores, talvez com a pretensão de finalizar sua grande questão, a natureza singular dessa literatura educacional.

O livro escolar pode ser compreendido sob quatro perspectivas: inicialmente, pelas designações que são empregadas para identificá-lo: *manuais didáticos, compêndios, livros de leitura, cartilhas, catecismos, antologias, florilégios, livro do aluno, manual do professor...*, por intermédio das quais se entendem suas funções; pela identificação das “fronteiras” entre livros escolares e categorias editoriais vizinhas, tais como os livros de literatura infantil e juvenil, os catecismos religiosos; pelo suporte material, aspectos de difusão e formas de utilização; e pelas questões sobre tipologia e categorização em constante mutação, que variam entre os diferentes países.

A resposta final a essa indagação constante, em sua trajetória de pesquisador, é bastante instigante. Primeiramente, ela é múltipla, ao ser considerada em uma perspectiva histórica, e depende dos períodos demarcados pela história da cultura ocidental, evidenciando-se uma ruptura a partir dos séculos XIX e XX, pela renovação das técnicas de impressão e, “[...] especialmente a formação dos Estados nações, o advento do capitalismo da edição e a difusão dos novos métodos de ensino [...]” (CHOPPIN, 2009, p. 73). Porém, enfatiza que as concepções são divergentes e que variam segundo os lugares, as épocas e as especificidades dos suportes e matérias do ensino. Ao finalizar seu texto, deixa uma advertência fundamental:

² Esse artigo foi traduzido em português e publicado em *História da Educação*, revista da Universidade Federal de Pelotas, em 2009.

Como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual, não pode então ter uma definição única. É, ao contrário, indispensável explicitar os critérios que presidem esta elaboração conceitual, porque uma das principais insuficiências, muitas vezes denunciadas [...] reside sempre, como assinala ainda recentemente Annie Bruter (*Les abrégés d'histoire d'Ancien Régime en France - XVII e XVIII siècles*) no caráter de alguma forma natural, ahistórico, dos livros didáticos aos olhos dos historiadores. (CHOPPIN, 2009, p. 4).

Desse modo, nas abordagens sobre os livros escolares, ficou evidente a complexidade de um material aparentemente simples, presente na vida de milhares de pessoas, com fronteiras indefinidas e que possui, de forma intrínseca, relações com vários sujeitos: autores, editores, técnicos, funcionários e representantes do poder político, outras instituições ligadas à educação, como a Igreja Católica, Protestante, Islâmica, além, é claro, dos professores e alunos.

LIVROS DIDÁTICOS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Diversamente das pesquisas que abordam os livros didáticos da atualidade, geralmente realizadas por sociólogos e linguistas, a dimensão histórica das obras escolares favorece a ampliação dos estudos históricos em geral e, em particular, a história da educação. Alain Choppin, em vários artigos, faz reflexões com base nas pesquisas que começaram a se desenvolver, em especial na década de 1990, dando destaque ao livro didático, não simplesmente como *fonte*, mas também como *objeto* de estudos nas linhas de investigativas da história da educação.

Como fonte histórica, a literatura pedagógica tornou-se essencial para estudos referentes à constituição dos Estados-Nação, no decorrer do século XIX, notadamente na vertente de uma história cultural e social, que se sobressaía em relação a uma história exclusivamente política ou de caráter estruturalista:

[...] os manuais são uma fonte privilegiada para os historiadores interessados em questões educacionais, da cultura, das mentalidades, da linguagem ou da história das ciências [...] (CHOPPIN, 2000, p. 15, tradução livre).

Nesse sentido, Alain Choppin sempre teve o cuidado em associar a fundamentação teórica aos procedimentos metodológicos e cuidados na análise dos livros como documentos históricos. Situou, em vários artigos, a importância do livro escolar como fonte, como no interessante artigo “O historiador e o livro escolar”, texto em que, dentre outros aspectos, demonstra como a leitura de uma página de um livro não é um ato simples:

O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face. O manual impõe uma hierarquia no campo dos conhecimentos, uma língua e um estilo. Se um livro de classe é necessariamente redutor, as escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação (estrutura, paginação, tipografia, etc.) não são neutras, e os silêncios são também bem reveladores: existe nos manuais uma leitura em negativo!

O que os manuais pretendem mostrar tem, por isso, menos interesse para o historiador do que a maneira como são feitos. Estudar, por exemplo, a imagem que os manuais americanos apresentam dos Negros, apreende-se bem mais sobre a sociedade americana contemporânea que sobre os próprios Negros, pois o discurso sobre o Outro remete a uma certa imagem daquele que a tem. Há, portanto, nos manuais também uma leitura em espelho! Mas o que é “marcante”, não é somente a escolha dos textos e das ilustrações, mas os procedimentos retóricos, os questionamentos, as definições, a paginação ou a tipografia. (CHOPPIN, 2002b, p. 2).

Na Conferência de abertura do XXII *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE), realizada na Espanha, em 2000, apresentou o texto “Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia”, no qual destacou a importância da história da literatura escolar como integrante das novas problemáticas dos historiadores da área educacional, ao abordar o histórico das obras enquanto instrumento pedagógico fundamental na educação francesa. Ao analisar o percurso da produção didática a partir do século XIX, preocupou-se em mostrar a transformação de uma obra criada para o professor e, portanto, fundamental para sua formação, até transformar-se em livro de texto dos alunos. Evidencia, ainda, pelo percurso educacional francês dos séculos XIX ao XX, as diferenças entre o ensino para as elites e o das classes trabalhadoras, na medida em que o manual se transformou em uma ferramenta da instrução popular e em material didático preferencial dos professores. Busca, então, explicitar

as relações entre material escolar, as mudanças dos objetivos educacionais e o papel dos professores na história escolar:

Embora a dimensão ideológica continue impondo-se claramente (percebe-se na luta travada entre a Igreja e o poder público entre 1822 e 1914, em torno da questão da laicização da escola pública), é no âmbito pedagógico que se produzem as transformações essenciais. Uma nova concepção pedagógica centrada em uma orientação intuitiva que favorece a observação da realidade, na qual a “lição de coisas” constitui a manifestação mais evidente, substitui o método tradicional baseado na memorização e na repetição. Esta nova doutrina transfere para o mestre a função de difusão do saber desempenhada até então quase que exclusivamente pelo livro: ‘*O que importa*, escreveu Jules Ferry aos professores e professoras do ensino elementar das escolas públicas em 1883, *não é a ação dos livros, mas a sua. O livro não deveria estar criando barreiras entre seus alunos e vocês. [...] O livro é feito para vocês e não vocês para o livro.* (CHOPPIN, 2000, p. 23, tradução livre).

É importante assinalar, na problemática da relação entre professores e usos dos livros didáticos, a preocupação de Choppin em participar dos cursos de formação dos docentes franceses. Indagava, constantemente, sobre as possíveis contribuições das pesquisas sobre a história dos livros escolares para a formação dos professores e se, efetivamente, podiam favorecer suas práticas escolares atuais. Por se tratar de uma produção criada e formulada para o trabalho de professores e alunos, Choppin questionava as finalidades das pesquisas sobre livros didáticos como mero trabalho acadêmico.

Em 1992, escreveu *Manuels scolaires: histoire et actualité*, um livro especialmente dedicado aos educadores, em que pretendeu “[...] colocar [para os atores educativos, editores, e professores] um outro olhar sobre o livro didático, menos redutor, mais informativo, mais distanciado e, portanto, mais objetivo.” (CHOPPIN, 1992, p. 217). Nos cursos de formação de docentes, envolveu-se nos debates sobre os usos dos livros didáticos, face aos novos recursos didáticos e, em particular, aqueles provenientes da informática, debates esses que sempre traziam (e ainda trazem) à baila o “fim do livro didático”.

Dentro dessa perspectiva, passou a examinar os livros didáticos de diferentes disciplinas e níveis de escolarização, produzidos e utilizados

em momentos diferentes, enfocando formas diversas de usos dos livros, assim como as possibilidades de articulação de atividades pedagógicas com outros materiais didáticos e, sobretudo, envolvendo-se nas problemáticas relacionadas à escolha dos livros por parte dos professores. Muitas de suas publicações foram dedicadas a essas questões: *Formation au choix et à l'utilisation des manuels scolaires et des outils pédagogiques* (1993); *Les choix et l'utilisation des manuels scolaires: une approche historique* (1996); *Choisir un manuel: un enjeu pédagogique* (1996); *Du bon usage des manuels: une perspective historique* (1998a); *Les manuels scolaires: petite histoire des usages* (1998c); *Le passé, le présent et le futur des manuels scolaires* (1999a); *Les manuels à l'école primaire: un aperçu historique* (1999b); *Former les enseignants au choix et à l'utilisation de leurs manuels* (2003).

Evidencia-se, assim, a importância das análises do livro didático, considerando-o como objeto de estudo da história da educação escolar, em suas diversas vertentes – métodos e materiais pedagógicos, história das disciplinas, história da alfabetização –, tendo-se ressaltado sua permanente presença na história da formação dos professores.

LIVROS DIDÁTICOS E HISTÓRIA DAS EDIÇÕES

As análises do livro didático como instrumento de poder político estiveram associadas, por Choppin, aos aspectos econômicos dessa produção, sobretudo em suas relações com o crescimento do mercado editorial e as transformações das técnicas de fabricação. A história das edições escolares aproximou-o constantemente de outros historiadores dedicados à história dos livros e das edições, sendo que, em 1986, já havia participado da publicação da importante obra organizada por Roger Chartier e Henri-Jean Martin, *Histoire de l'édition française*, com um capítulo, “Le livre scolaire” (CHOPPIN, 1986a). Aproximou-se, igualmente, de outros historiadores das editoras francesas, em especial de Jean Yves Mollier. “Les manuels scolaires” foi também um capítulo de obra geral sobre as edições em várias partes do mundo, *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe. siècle à l'an 2000*, organizada por Jacques Michon e Jean-Yves Mollier (CHOPPIN, 2001).

Nos finais dos anos de 1990, muitos dos estudos de Choppin centraram-se em análises comparativas, uma vez que a produção da literatura escolar se disseminou a partir do século XIX, em escala mundial, conforme levantamentos de pesquisas de diversos países. Em *Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica* (1998b), Choppin fornece importantes dados sobre as políticas públicas no que concerne ao mercado editorial dos livros didáticos, em diversos países do continente europeu, americano e asiático. Esse estudo contribui, dentre outros aspectos, para evidenciar as diferentes formas de regulamentação impostas pelos diversos sistemas educacionais, assim como situa as especificidades dos livros escolares em relação ao poder do mundo editorial que se ampliava em escala internacional.

Podemos ser tentados a estabelecer uma correlação entre o sistema de controle dos livros de textos e a natureza do regime político. O problema na realidade, não é tão simples. Podemos dizer que os regimes totalitários, ou mais genericamente autoritários exercem sempre um controle muito restritivo sobre a produção destinada às escolas; e que a liberdade de redigir textos e de livre escolha [dos professores] é uma virtude dos regimes democráticos. Mas constatamos também que alguns países considerados democráticos submetem seus livros de textos à aprovação de comissões administrativas – os Estados Unidos (em vinte e um de seus estados), a Espanha ou Grécia, ou ainda, há casos de países com livros didáticos oficiais, como é o caso do Japão. (CHOPP-PIN, 1998b, p. 175, tradução livre).

Pela análise da situação do livro didático em diferentes países, independentemente do regime político, a opção dos Estados em aquisição de livros para distribuição gratuita nas escolas, também se constituía de forma variada, embora tenha constatado o crescimento de uma política de universalização da oferta de materiais escolares, desde a década de 1990. Essa atuação dos governos, se, por um lado, favorece as editoras, por outro lado, traz como consequências relações mais complexas com os editores, autores e comissões avaliadoras. As formas de financiamento das obras colocam várias dependências entre editores e Estado, ao estabelecer normas bastante rígidas para a produção e distribuição do material escolar, que ultrapassam o controle ideológico e pedagógico. Dentre as consequências dessas políticas editoriais e do próprio crescimento da educação escolar

obrigatória, Choppin destacou uma crescente dominação econômica de grandes grupos de editoras ocidentais:

Atualmente, grandes sociedades de capital internacional difundem no mundo inteiro publicações de uso escolar, como a Hachette, Hatier, o grupo Nathan para o mundo francófono, Mac Millan ou Longman para o mundo anglofônico, Anaya e Santillana para o hispanoamericano. (CHOPPIN, 1998b, p. 175).

Cabe assinalar que, dentro das preocupações das relações entre as políticas públicas e casas editoriais dos livros didáticos, Choppin sempre teve um particular interesse pelo Brasil, dada a importância dos livros no mercado editorial nacional. Focalizou, nesse artigo de 1998b as mudanças ligadas à autorização prévia dos livros por parte do Estado brasileiro, no final dos anos de 1990, acompanhando, a partir de então, a adoção do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD.

Em 2002, foi publicado o artigo “L’histoire du livre et de l’édition scolaires: vers un état des lieux”,³ no qual Alain Choppin (2002a), ao realizar um balanço das pesquisas realizadas em vários países, destacou o crescimento de estudos sobre história das edições didáticas, os quais se ampliavam, apesar de vários problemas que os pesquisadores enfrentavam.

Se a história das edições didáticas só tem sido abordada recentemente, a despeito do peso econômico considerável do setor é certamente [...] porque encontramos muitas dificuldades, exceto talvez no período mais recente, em delimitar com exatidão esse setor de atividade. A produção escolar, em geral, coincide da maneira parcial ou apenas temporariamente, com as atividades de uma editora. [...]

As publicações sobre as editoras mais importantes representam o setor mais abordado sobre este tema, mas também o mais parcial e mais heterogêneo na medida em que algumas dessas publicações são provenientes das próprias empresas e tais publicações têm, nesse sentido, certa propensão em fazer obra publicitária ou hagiográfica. (CHOPPIN, 2004, p. 564).

Apesar dos problemas, Choppin mostrou alguns dos percursos possíveis para o avanço nas pesquisas sobre o tema:

³ Esse artigo foi traduzido para o português com o título “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” e publicado na revista *Educação e Pesquisa*, em 2004. O artigo se originou da comunicação feita no XXII Congresso do ISHEE, em Alcalá, Espanha.

A história particular da empresa, de sua produção, de suas estratégias financeiras ou comerciais, de suas filiais ou sucursais, de suas relações com os poderes políticos e religiosos, com o meio científico e profissional, etc. se constitui, certamente, como percurso obrigatório. Mas a história das edições escolares não pode ser reduzida a uma adição de abordagens monográficas: esse setor está submetido a uma série de determinações específicas: é tributário de um contexto político, demográfico, regulador, científico, financeiro, econômico, tecnológico, pedagógico, etc. que condiciona sua existência, sua estrutura, seu desenvolvimento e a própria natureza de suas produções. Somente uma abordagem globalizante pode apreender suas evoluções. Esta é a razão pela qual as tentativas de síntese são ainda muito raras, parciais e ainda provisórias. Mas, se o movimento iniciado por certos editores de colocar seus arquivos à disposição dos pesquisadores se confirmar e se a constituição de instrumentos fundamentais de pesquisas prosseguir no ritmo atual, permitindo efetuar análises quantitativas e de comparação, a história da edição escolar se mostra como um dos campos mais promissores para os próximos anos. (CHOPPIN, 2004, p. 564).

LIVROS DIDÁTICOS EM REDE

A pesquisa de Alain Choppin, importante frisar, estiveram sempre articuladas à constituição de um banco de dados no INRP, ao qual ele denominou, astuciosamente, de EMMANUELLE, cujo objetivo inicial era o de recensar a produção dos livros didáticos franceses desde a época da Revolução de 1789. Trata-se de um complexo banco de dados pioneiro quanto ao seu aspecto de proporcionar informações sobre a trajetória de cada livro didático pesquisado, ou seja, fornecer um conjunto de dados visando a acompanhar “a duração da vida da obra”.

Os dados fornecidos pelo EMMANUELLE não são, dentro dessa expectativa, uma réplica das informações catalográficas nos formatos das bibliotecas em geral, mas, por constituírem-se em campos peculiares e específicos, possibilitam fornecer aos pesquisadores a dimensão histórica do livro didático. Tais características desse Banco de Dados se relacionam também com uma coleta de informações específicas sobre cada livro, proveniente de um trabalho científico de equipes de especialistas, para se obter uma verdadeira biografia do livro, da primeira à última edição. Segundo Choppin, em 2006, estavam acessíveis pelo EMMANUELLE quase 30.000 títulos, correspondendo a cerca de 75.000 edições diversas, sendo

incluídos, para consulta, os demais campos: *título da obra; participantes* — compreendendo nesse campo as diversas autorias da obra, tais como editores, tradutores, ilustradores etc. —; *lugar da edição* ou impressão; *nível de ensino; disciplina; nome da coleção* (CHOPPIN; AUBIN, 2007, p. 55).

Por essa mesma época, informa-nos Choppin, estava sendo elaborado um outro banco de dados complementar, o EMMANUELLE 5, que consiste na produção historiográfica francesa sobre história dos livros escolares, contando na ocasião com cerca de 1.000 títulos publicados em livros e revistas. E estavam previstos dois outros instrumentos importantes para os pesquisadores: o *corpus* legislativo (leis e regulamentos), incluindo o elenco de livros censurados a partir da Revolução de 1789 a 1996, e o repertório histórico das editoras de livros didáticos (CHOPPIN; AUBIN, 2007, p. 55).

Ao aliar a construção do EMMANUELLE às pesquisas sobre a história dos livros e das edições escolares, Alain Choppin tornou-se articulador de uma rede de pesquisadores em escala internacional. Participou de vários intercâmbios com a finalidade de estabelecer convênios, entre instituições universitárias e o INRP, para a constituição de outros bancos de dados.

Em uma publicação com o pesquisador canadense Paul Aubin, *Le fonti storiche in rete: i manuali scolastici*, de 2007, os autores abordam a série de bancos de dados criados em diferentes países, com base em projetos específicos sob o referencial do EMMANUELLE. Foi o caso dos projetos canadenses MOSCOVO, da Universidade de Ottawa, e o MANS-CA, da Universidade Laval de Quebec, trabalhando com obras didáticas francofônicas, a partir de 1765, ano em que foi introduzida a tipografia na região. Também no Canadá, Paul Aubin organizou o Projeto Diaspora, por intermédio do qual foram inseridas, em rede, as publicações escolares das Comunidades dos Irmãos das Escolas Cristãs.

Na Espanha, foi criado, no início da década de 1990, sob a iniciativa da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), o Projeto MANES, desenvolvido por Alejandro Tiana Ferrer e Manuel de Puelles, para as obras espanholas e, por Gabriela Ossenbach, para as obras dos países da América Latina. O MANES, mais recentemente, desdobrou-se em um projeto internacional mais amplo, o Patres MANES, que inclui

obras escolares de Portugal e da Bélgica, por acordo iniciado em 2006, com o financiamento da Comunidade Europeia.

Na Itália, sob a iniciativa de Giorgio Chiosso e Paolo Bianchini, ambos do Dipartimento di Scienze dell'Educazione dell'Università di Torino, foi elaborado, igualmente, convênio com o Emanuele, criando-se o projeto EDISCO, cujas características têm sido incluir, para além dos livros didáticos, outros materiais pedagógicos, dedicando-se particularmente à história dos editores e de obras de formação docente, além das escolares.

É também apresentado, nesse artigo, o Projeto brasileiro Livres, criado em 1994, pelo acordo de cooperação entre a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e o INRP, cujo objetivo inicial era o recenseamento dos livros didáticos da Biblioteca Escolar do Centro de Memória da Educação (FEUSP). Em 2003, o projeto LIVRES realizou nova convenção com o INRP, com um projeto “muito ambicioso”, segundo Choppin,

[...] ao se propor a recensear o maior número possível de livros escolares publicados no Brasil desde 1810 – data da impressão e circulação do primeiro livro didático pela Impressão Régia – aos anos atuais, abrangendo todas as disciplinas e níveis de ensino. (CHOPPIN; AUBIN, 2007, p. 61, tradução livre).

Os diversos projetos de recenseamento da produção didática desenvolvidos em diferentes países, a partir da cooperação do INRP, contribuíram para a sensibilização quanto à necessidade da preservação desse material como um patrimônio cultural ímpar da educação escolar. Por ser pouco preservado em bibliotecas oficiais, por ser um material de difícil acesso pela sua forma de uso (de curta duração e relacionado às reformas curriculares) e pelas formas de distribuição, muitas vezes restritas às escolas, foram sendo criados acervos especiais de obras didáticas. Esse foi o caso da Biblioteca do INRP na França e da Biblioteca do Livro Didático (BLD), no Brasil. A preocupação atual tem sido também a de agregar as variadas fontes para estudo da literatura didática aos bancos de dados, confirmando as previsões de Choppin sobre a dinâmica das pesquisas que ultrapassavam os limites da história da educação para fornecer novos elementos que se

agregam à história do livro. Choppin e Aubin mostram essa tendência, no Projeto LIVRES:

Está em fase de inserção uma vasta documentação sobre a produção didática relativa à legislação e regulamentos (Kazumi Munakata), aos programas curriculares (Cecília Hanna Mate), aos catálogos das editoras e editores (Circe Bittencourt, coordenadora do Projeto), produções escolares brasileiras e portuguesas (Carlota Boto). [...] Enfim, está *on line* uma importante bibliografia das publicações científicas dedicadas aos manuais brasileiros. (CHOPPIN; AUBIN, 2007, p. 62, tradução livre).

O acesso aos bancos de dados criados nos diferentes países tem demonstrado, sem dúvida, a importância de uma ferramenta informática para o desenvolvimento das pesquisas internas, mas também tais ferramentas têm proporcionado um efeito de aproximação de pesquisadores da área. Alain Choppin buscou, nos seus últimos, favorecer o máximo possível trocas entre os pesquisadores dos projetos elencados, no sentido de se constituírem projetos em comum, com o desenvolvimento de redes científicas:

Três condições favoreceram a abertura de campos de pesquisa cujos itens se contam aos milhares, dezenas de milhares, ou até mais: em primeiro lugar, o recurso, as técnicas informatizadas para a coleta, tratamento e difusão de informações; em seguida, a constituição de programas de pesquisa coletiva, inter-universitárias, nacionais ou internacionais e, enfim, a acumulação e formas de compartilhar experiências e habilidades em congressos internacionais ou, mais diretamente, pelas trocas de correspondência entre pesquisadores. (CHOPPIN, 2004, p. 562).

Os contatos internacionais realizados por Choppin possibilitaram a realização de estudos comparativos, assim como intercâmbios culturais, com vistas ao entendimento do poder de um objeto comum e constante, que circula na vida de professores e alunos, de autores e editores, de técnicos e gráficos, de funcionários e intelectuais responsáveis pelas políticas públicas dos diferentes países do mundo ocidental e oriental.

Dentro de tais expectativas, tornou-se membro fundador da Associação Internacional de Pesquisa sobre Manuais Escolares e Mídias Educativas, participando de congressos internacionais, em diferentes países. No Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História, realizado em

2007, na Faculdade de Educação da USP, Alain Choppin, na conferência de abertura, apresentou uma importante reflexão sobre o crescimento das diversas investigações sobre o tema, em diferentes partes do mundo, situando aquele momento — meados da primeira década do século XXI — como o da maturidade das pesquisas. Nessa conferência, por ele denominada “Contexto científico da pesquisa sobre a edição escolar no plano local, nacional e mundial”, justifica a maturidade e a qualidade científica das pesquisas, por uma série de fatores conjunturais, assim elencados:

[...] o interesse crescente que manifestam amadores da história e historiadores de profissão pelas questões relativas à educação, domínio onde a demanda social se faz cada dia mais forte; a inquietação de numerosos grupos sociais e populações em fundar ou redescobrir uma identidade cultural que provocam novos acontecimentos históricos, as consequências do desmoronamento do bloco soviético ou ainda o recrudescimento das aspirações regionalistas, o desenvolvimento das reivindicações de minorias; os avanços da história do livro que desenvolveu em numerosos países grandes sínteses sobre a história da edição, notadamente a contemporânea; os progressos consideráveis de técnicas de armazenamento, do tratamento e difusão de informação capazes de fornecer respostas adaptadas à gestão e à organização do volume de documentos relativos à produção escolar; as incertezas sobre o futuro do impresso e, mais particularmente, sobre o papel que desempenharão no futuro os livros junto às novas tecnologias educativas. [...] (CHOPPIN, 2007, mimeografado, tradução livre).

Nessas suas últimas considerações encontram-se respostas, certamente, aos atuais questionamentos de pesquisadores dos livros didáticos sobre o futuro das redes de bancos de dados, após o desaparecimento de seu criador, e sobre as formas de intercâmbios das pesquisas em escala nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Alain Choppin permanecerá ainda presente nos dobramentos das pesquisas, em vários lugares, mas quero destacar a mais forte impressão que me marcou em todos os anos em que tive o privilégio de compartilhar do seu trabalho e de suas pesquisas. Seu mais significativo legado foi o de demonstrar o compromisso que os pesquisadores, em parti-

cular os que se dedicam à educação, devem ter em relação ao objeto de suas investigações e, sobretudo, a coragem de ultrapassar as discriminações e os preconceitos impostos externamente sobre a escola, sobre os professores e alunos e suas práticas cotidianas. Os estudos realizados por Alain Choppin são o resultado dessa postura intelectual comprometida com o futuro da educação, ao transformar um livro desprezado e discriminado em um objeto fundamental para a história da escola, dos professores e dos alunos.

REFERÊNCIAS

CHOPPIN, A. L'histoire des manuels scolaires: une approche globale. *Histoire de l'Éducation*, Paris, n. 9, p 1-25, 1980.

_____. Le livre scolaire. In: CHARTIER, R.; MARTIN, H. J. (Dir.). *Histoire de l'édition française, tome IV: le livre concurrencé (1900-1950)*. Paris: Promodis, 1986a. p. 303-332.

_____. Le cadre législative et réglementaire des manuels scolaires I: de la Révolution à 1939. *Histoire de l'Éducation*, Paris, n. 29, p. 21-58, jan. 1986b.

_____. Le cadre législative et réglementaire des manuels scolaires II: de 1940 à nos jours. *Histoire de l'Éducation*, Paris, n. 34, p. 3-36, mai 1987.

_____. La législation des manuels scolaires de la Révolution à nos jours. *Les Cahiers Aubois d'Histoire de l'Éducation*, Troyes, n. 10, p. 9-22, 1988. Spécial.

_____. *Le pouvoir et les livres scolaires: les comissions d'examen des livres élémentaires et classiques (1807-1875)*. 1989. 256 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Paris I- Panthéon- Sorbonne, Paris, 1989.

_____. *Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette, 1992.

_____. De l'histoire, du choix et de l'usage des manuels scolaires. In: ASSOCIATION SAVOIR-LIVRE. *Formation au choix et à l'utilisation des manuels scolaires et des outils pédagogiques*. Paris: Savoir-Livre, 1993. p. 46-66.

_____. *Choisir un manuel: un enjeu pédagogique*. Paris: Ministère de l'Éducation Nationale: CNDP; Association Savoir Livre, 1996.

_____. Du bon usage des manuels: une perspective historique. *Cahiers Pédagogiques pour l'Enseignement du Second Degré*, Paris, n. 369, p. 9-11, déc. 1998a.

_____. Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e historica. In: SILLER, J. P.; GARCIA, V. (Coord.). *Identidad en el imaginario nacional: reescritura y enseñanza de la historia*. Puebla, Mexico: BUAB; Brunswick: Georg - Eckert-Institut, 1998b. p. 169-180.

- _____. Les manuels scolaires: petite histoire des usages. *Enseignants Magazine*, Paris, n. 7, p. 23, avril 1998c.
- _____. Le passé, le présent et le futur des manuels scolaires. *Puzzle*: bulletin du Centre Interfacultaire de Formation des Enseignants de l'Université de Liège, Liège, n. 7, p. 11-19, déc. 1999a.
- _____. Les manuels à l'école primaire: un aperçu historique. *Échanges*, Paris, n. 38, p. 165-168, mai 1999b.
- _____. Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia. *Historia de la Educación*, Salamanca, n. 19, p. 13-37, 2000.
- _____. Les manuels scolaires. In: MICHON, J.; MOLLIER, J. Y. (Dir.). *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Québec: Les Presses de l'Université Laval; Paris: L'Harmattan, 2001. p. 474-483.
- _____. L'histoire du livre et de l'édition scolaires: vers un état des lieux. *Paedagogica Historica*, Gent, v. 38, n. 1, p. 21-49, 2002a.
- _____. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002b.
- _____. Former les enseignants au choix et à l'utilisation de leurs manuels : histoire et actualité. In: GERMAIN, B.; LE GUAY, I.; ROBERT, N. (Dir.). *Le manuel de lecture au CP : réflexions, analyses et critères de choix*. Paris: ScéREN: Savoir Livre, 2003. p. 12-16.
- _____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 546-566, set./dez. 2004.
- _____. *Contexte scientifique de la recherche sur l'édition scolaire au plan local, national et mondial*. São Paulo: FEUSP, 2007. Mimeografado. Conferência de Abertura do Simpósio Internacional Livro Didático e História.
- _____. Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. *Histoire de l'Éducation*, Paris, n. 117, p. 7-56, 2008.
- _____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.
- CHOPPIN, A.; AUBIN, P. Le fonti storiche in rete: i manuali scolastici. In: BANDINI, G.; Bianchini, P. *Fare storia in rete: fonti e modelli di scrittura digitale per la storia dell'educazione, la storia moderna e la storia contemporanea*. Roma: Carocci, 2007. p. 53-76.